



## GOIÂNIA: DISCUSSÕES SOBRE O POTENCIAL DA PRAÇA CÍVICA COMO ESPAÇO EDUCADOR.

Wellington Gabriel de Borba<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Secretaria de Estado da Educação de Goiás/ wellingtonborba@gmail.com

### Resumo:

Este trabalho explora os conceitos de direito à cidade e cidade educadora e analisa a construção e a ocupação da Praça Cívica e de Goiânia – GO, onde ela está localizada. Objetiva identificar se em Goiânia, cidade desigual e excludente, a Praça Cívica pode ser um espaço educador aberto e inclusivo. Realiza uma revisão bibliográfica de caráter exploratório e qualitativo para identificar os conceitos de cidade educadora e direito à cidade, além de como se processa a urbanização de Goiânia e da referida praça. São assim analisados artigos científicos publicados recentemente, a partir de 2014, livros abordando o conceito de direito à cidade e a urbanização de Goiânia. Constata-se que Goiânia é uma cidade capitalista e tal como as demais é um espaço desigual e excludente, mas que a educação é relevante na mitigação dessa situação e a Praça Cívica tem o seu potencial de espaço educador.

**Palavras-chave:** Cidade Educadora. Direito à Cidade. Urbanização de Goiânia.

### Introdução

A cidade pertence a todos os cidadãos. Lefebvre (2001) considera a cidade um direito que deve ser garantido a todas as pessoas que vivem nela. Porém, na produção capitalista, os bairros com melhores localização, infraestrutura e estabelecimentos são mais valorizados e caros, sendo esses ocupados pela elite. Os trabalhadores, por terem menor renda, vão para os subúrbios desvalorizados, fazendo com que esse direito à cidade também seja exercido de maneira desigual. Chaveiro (2007) demonstra que Goiânia – GO é uma cidade capitalista na qual essa desigualdade social fragmenta a paisagem urbana.

Já Aquino e Vieira (2015) informam que o conceito de cidades educadoras nasce em 1990 em Barcelona, na Espanha, através de um congresso que publica uma carta definindo esse conceito. Hoje, de acordo com o site da Rede Brasileira de Cidades Educadoras – REBRACE, existem 484 cidades educadoras em 34 países, sendo que 382 cidades estão localizadas em 14 países da Europa, que tem a maioria. Já o Brasil possui 18 cidades associadas e Goiânia – GO não é uma delas.

A Praça Cívica, oficialmente Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, está localizada no Setor Central de Goiânia. Foi planejada para ser a sede do Poder Executivo estadual. A sua construção representa o novo e moderno, caracterizado pela urbanização, pela industrialização, pelas formas geométricas e pelo transporte individual. Remete a conceitos surgidos na Europa

urbanizada e trazidos para Goiás, de povo majoritariamente rural, de raízes coloniais e de cidades centenárias planejadas para acompanhar os relevos locais.

Na Praça Cívica estão localizados vários monumentos, obras de arte e edifícios Art Decô, arquitetura europeia rica em formas geométricas e no uso de materiais industrializados, sinais da modernidade. Esses prédios cumprem funções diversas, são órgãos do governo, escola de educação infantil, museu e centro cultural. No decorrer da história a praça foi apropriado de diversas maneiras como local de feira, estacionamento, espaço para eventos políticos, sociais, culturais, etc. Ou seja, formas que repercutem as dinâmicas socioeconômicas de uma metrópole envolvida pela globalização.

Este trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa bibliográfica cujo objetivo é identificar o potencial da Praça Cívica como um espaço educador, o que pode contribuir para mitigar a desigualdade existente na maneira como o povo goianiense se apropria de sua cidade.

## **Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e qualitativo que envolve a leitura de artigos científicos disponibilizados em plataformas digitais e publicados a partir de 2014. Essa delimitação de ano está relacionada ao entendimento de que obras mais recentes permitem uma melhor concepção da produção científica atual da academia. A revisão envolve também a leitura de livros que abordam o conceito de direito à cidade e que tratam das desigualdades na ocupação do espaço urbano de Goiânia. Por fim, a análise de páginas da Rede Brasileira de Cidades Educadoras e de um documento eletrônico divulgado pela Prefeitura de Sorocaba – SP.

## **Resultados e discussões**

Para Lefebvre (2001) a cidade é um direito de todos, porém a produção capitalista torna o exercício desse direito desigual. As pessoas mais pobres, com pouco dinheiro para a moradia e o transporte individual, vão viver em partes menos valorizadas da cidade, nas periferias, nas quais existem menos infraestrutura e serviços e nas quais o acesso é mais difícil. Por outro lado, os bairros centrais, bem equipados e melhores localizados, são valorizados, mais caros e assim ocupados por uma minoria, a elite. Nesta dinâmica a cidade torna-se um espaço desigual no que ela tem a oferecer a todos os seus cidadãos.

Chaveiro (2007) mostra que Goiânia é uma cidade cuja divisão socioeconômica fragmenta o seu espaço, produzindo paisagens cindidas. Existem bairros nobres em

contraposição às periferias, os shoppings centers em contraposição ao comércio das avenidas de bairros esquecidos pela elite, caso dos setores Campinas e Central, e, apesar de também estarem localizados nas periferias, os condomínios fechados são isolados do espaço ao redor por muros e pelo acesso dado por vias expressas destinadas ao transporte individual, elitizado. Essas divisões resultam em desigualdades no que se refere ao direito à cidade, uma vez que os equipamentos urbanos, as ofertas de emprego, a melhor infraestrutura, eventos culturais, enfim, se concentram nas áreas nobres, de onde os mais pobres foram excluídos.

Andrade e Franceschini (2017), elencam várias agendas que servem ao planejamento urbano. Ao analisá-las, as autoras encontram conceitos do direito à cidade na agenda cidade educadora, sendo eles o de equidade, de inclusão e de participação social e o foco no território. A cidade educadora tem preocupações com os mecanismos que produzem marginalizações e exclusões e por isso faz propostas no sentido de construir cidades inclusivas, justas e participativas. Entende que a educação é uma responsabilidade social e que se realiza em toda as idades e em todos os espaços urbanos. Para isso, é necessário contornar as desigualdades que permeiam a escola, muitas vezes o único espaço de educação da cidade. Por uma questão de objetivo da obra, as autoras não informam como isso pode acontecer.

Aquino e Vieira (2015) acrescentam que as cidades educadoras surgem após um congresso realizado em Barcelona, na Espanha, em 1990, resultando na publicação da Carta das Cidades Educadoras, que estabelece os princípios necessários para que uma cidade seja educadora. Essa agenda compreende a existência de um vínculo entre a urbanidade e a educação e no qual a cidade adquire enfaticamente o papel de formadora, sendo a escola a gestora e produtora de uma perspectiva cidadã e democrática. As autoras informam que a educação deve acontecer no espaço urbano e de maneira espalhada, fazendo com que todo local e hora sejam ocasiões para aprender e que isso deve abarcar todas as idades. Assim, um objetivo delimitado pelo projeto urbano educador é o de criar responsabilidades coletivas sobre a educação, o futuro da cidade e as discussões de seus problemas, pois, a sociedade também se torna responsável por valores e atitudes que são sociais, mas que muitas vezes responsabilizam apenas o educador e a escola pelo fracasso ou sucesso. Porém, de acordo com documento publicado pela Prefeitura de Sorocaba (2011), é necessário cumprir alguns requisitos para que uma cidade seja educadora, concordância e conformidade com a Carta das Cidades Educadoras, aprovação de lei aceitando a entrada da cidade na Associação Internacional de Cidades Educadoras – AICE, participação nos canais de troca, discussão e colaboração da AICE, compartilhamento de experiências em um banco de dados e o pagamento de uma anuidade. O município de Goiânia – GO não está

associado.

Em Porto Alegre – RS, uma das 18 cidades brasileiras que compõe a AICE, Oliveira (2018) relata uma experiência pedagógica envolvendo aulas de Geografia de Ensino Médio realizadas em um cemitério da cidade. O autor tem como referência Lana de Souza Cavalcanti, estudiosa que entende que o ensino de Geografia, tendo em vista a cidade, forma para o exercício de uma cidadania materializada na cidade. Assim, o autor entende que um cemitério serve como um espaço educador adequado para aprender sobre a cidade e promove ali uma aula a partir da qual são desencadeadas exposições sobre a expansão urbana de Porto Alegre, o aspecto sanitário-ambiental envolvendo a decomposição dos corpos, a divisão de classes sociais da cidade através do opulência dos mausoléus, e a verticalização e o adensamento urbano, quer seja pelos edifícios ao redor do cemitério, quer seja pelos jazigos verticais. Nesta aula também são identificadas pessoas notórias que estão enterradas naquele espaço.

Tendo em vista o conceito do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), o fato de Goiânia – GO ser um espaço desigual (CHAVEIRO, 2007), o conceito de cidade educadora (AQUINO e VIEIRA, 2015) e a experiência pedagógica de Oliveira (2018), a Praça Cívica, em Goiânia, se mostra com grande potencial para ser um espaço educador, ainda que o município não seja signatário da Carta das Cidades Educadoras. De acordo com as obras de Boaventura e Grande (2014, 2015), a Praça Cívica, hoje Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, foi planejada com Goiânia, construída para ser a nova capital de Goiás, em 1933. O planejamento tem concepções europeias e é caracterizado por grandes ruas e avenidas, situadas geometricamente, com grandes praças e jardins gramados e arborizados, concepções urbanas e modernas que se contrapõem à tradição goiana da inauguração, de cidades coloniais que seguem os relevos do sítios urbanos e de povo majoritariamente rural. Dentro da perspectiva viária radial concêntrica, as avenidas da cidade se encontram na praça, o que reforça sua simbologia de centralidade, de importância, de centro de tomada de decisões políticas, etc. Na praça existem também muitos prédios Art Decô, distribuídos em funções administrativas, em uma escola infantil, em um museu e em um centro cultural, que possui biblioteca e cinema. Além disso, ali são encontrados um considerável número de monumentos e de obras de arte.

Ainda em Boaventura e Grande (2014), compreende-se que a Praça Cívica no decorrer da história assumiu funções diversas daquelas para a qual foi estritamente pensada, ser a sede do Poder Executivo goiano. Sendo assim, a praça encampou uma feira livre, que depois foi transferida para outras áreas de Goiânia. Foi usada para estacionamento, refletindo uma sociedade até hoje rodoviária e que privilegia o transporte individual e sua fluidez sobre o

transporte coletivo e as demais funções do espaço urbano. Também sediou eventos culturais, comemorativos, eleitorais e alguns relacionados a momentos históricos, como as “Diretas Já”. Por outro lado, os autores demonstram que a Praça Cívica, que nasce sem simbolizar o povo de sua cidade, planejada, e de seu estado, colonial e rural, que foi e é apropriada de maneiras diversas, sofre com outras transformações, inclusive a perda de importância para os não lugares, os shoppings centers, localizados às margens de vias expressas distantes do Centro, no qual está a Praça Cívica, e cujo acesso majoritário se dá através do carro, o que fez desses espaços diferentes da praça por serem elitizados. Característica de uma cidade capitalista, globalizada e habitada por uma sociedade de consumo.

### **Considerações Finais**

A produção capitalista transforma a cidade em mercadoria e quando isso acontece, tendo em vista as desigualdades sociais, os mais pobres tornam-se vulneráveis, são marginalizados e excluídos (LEFEBVRE, 2001). Neste caso, em Goiânia, a paisagem urbana se fragmenta em espaços menores conforme a classe socioeconômica. Os mais pobres são empurrados para as periferias, em que muito falta ou é insuficiente. Enquanto isso, os mais ricos ficam com os melhores espaços urbanos (CHAVEIRO, 2007).

O direito à cidade é um conceito que estabelece que todos os indivíduos têm direito a este espaço, de usufruir de seus produtos, bem como participar das tomadas de decisões (LEFEBVRE, 2001). As agendas econômicas influenciam o planejamento das cidades e entre elas temos a Cidade Educadora, cujos princípios vão ao encontro do direito à cidade (ANDRADE e FRANCESCHINI, 2017). A cidade educadora trata todo o espaço urbano como um espaço educacional e torna a sociedade também responsável por educar, uma vez que isto envolve valores, saberes, cultura, enfim, que são sociais. A escola tem seu papel por ser dali que tudo é estruturado e ao se estabelecer uma cidade educadora a sociedade corrige os mecanismos que causam ainda mais desigualdades socioeconômicas (AQUINO e VIEIRA, 2015).

Nesta perspectiva, a Praça Cívica pode ser explorada como um espaço educador, ainda que o município de Goiânia não seja signatário da Carta. De acordo com Boaventura e Grande (2014, 2015) a praça tem grande relação com a história tanto da cidade de Goiânia, como do estado de Goiás e do Brasil. Possui vários monumentos e obras de arte, além de um estilo arquitetônico raro em outros bairros. Serve para compreender as disputas territoriais urbanas, para entender a urbanização através do sistema viário, da verticalização e do comércio que se estabelece na região. Possui museu, cinema e biblioteca, além de em muitos casos sediar

eventos de caráter cultural, político, enfim. Tendo em vista esses autores, é possível dizer que a Praça Cívica apresenta tópicos que atendem a conteúdos diversos da educação formal e da educação não formal. Tem muito o que se aprender neste espaço, que é aberto e centralizado, porém localizado em uma região de comércio popular de Goiânia. Para isso vale a pena realizar mais pesquisas que visem lapidar e organizar esse potencial educador da praça.

## Referências

ANDRADE, E. A. FRANCESCHINI, M. C. T. **O direito à cidade e as agendas urbanas internacionais: uma análise documental.** In.: Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Vol. 22, N. 12, 2017. Pp. 3849-3858. Disponível em:  
<http://www.scielo.org/pdf/csc/2017.v22n12/3849-3858/pt> Acesso em: 01 de julho de 2019.

AQUINO, J. G. VIEIRA, E. **Sobre a pedagogização da experiência urbana: o projeto da cidade educadora.** In.: Educação Unisinos. São Leopoldo: Vol. 19, N. 3, set-dez 2015. Pp. 313-324. Disponível em:  
<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2015.193.02/4885>  
Acesso em: 01 de julho de 2019.

BOAVENTURA, D. M. R. GRANDE, I. O. **Contradições no centro tradicional de Goiânia: usos e transformações no espaço da Praça Cívica e Avenida Goiás.** In.: PerCursos. Florianópolis: Vol. 16, N. 30, jan-abr 2015. Disponível em:  
[http://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724616302015074/pdf\\_6](http://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724616302015074/pdf_6)  
Acesso em: 01 de julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Da praça ao shopping: mudanças no espaço público do Centro de Goiânia.** In.: Revista Grifos. Chapecó: Vol. 23, N. 36/37, 2014. Disponível em:  
<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/2777/1761> Acesso em: 01 de julho de 2019.

CHAVEIRO, E. F. **Goiânia, travessias sociais e paisagens cindidas.** Goiânia: Editora UCG, 2007.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

OLIVEIRA, V. H. N. **Cidade educadora: viver a urbe no ensino de Geografia.** In.: Revista Intersaberes. Curitiba, Vol. 13, N. 29, mai-ago 2018. Pp. 369-378. Disponível em:  
<https://uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1548/414255> Acesso em: 01 de julho de 2019.

PREFEITURA DE SOROCABA. Sem título. 2011. In.: Ministério da Educação. Arquivo de apresentação em PDF disponível no site do referido Ministério. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9272-apresentacoes-rede-brasileira-cidades-educadoras-pdf&category\\_slug=outubro-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9272-apresentacoes-rede-brasileira-cidades-educadoras-pdf&category_slug=outubro-2011-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 01 de julho de 2019.